

**“Escreito Em Mimoso Estylo E Fructo De Dedicado  
Estudo”: Isabel Gondim E A Recepção Da Obra *Reflexões  
Às Minhas Alunas* (1873-1910)**

**“Written In Mimoso Style And The Fruits Of Dedicated  
Study”: Isabel Gondim And The Reception Of *The Work  
Reflections To My Students* (1873-1910)**

**“Escrito Al Estilo Mimoso Y Los Frutos Del Estudio  
Dedicado”: Isabel Gondim Y La Recepción De *La Obra  
Reflexiones A Mis Alumnas* (1873-1910)**

Ane Luíse Silva Mecenass Santos\*

Magno Francisco de Jesus Santos\*\*

**Resumo:** O presente artigo busca analisar o contexto de produção da obra “Reflexões às minhas alunas”, da professora Isabel Gondim (1839-1933). Por meio da prática docente, a intelectual (Sirinelli, 2007) mobilizou os conhecimentos da prática, com as leituras feitas ao longo da sua formação, e dedicou-se à produção de um manual voltado à educação feminina. Dessa forma, objetiva-se, por meio deste trabalho, compreender o contexto de produção do referido livro, bem como proceder à análise da sua recepção nos periódicos da época. Além disso, pretende-se cotejá-lo com outras obras que a autora utilizou como base para pensar as suas reflexões, a exemplo dos livros produzidos por Jeanne Marie Leprince de Beaumont (1711-1780), João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854) e José Ignacio Roquette (1801-1870). Por meio desse escrito, Isabel Gondim mobilizou a narrativa para a produção de leituras atinentes à educação feminina, de forma que se tornasse inteligível e sensível às alunas. Esse livro promoveu uma reconfiguração da metodologia do ensino, conforme as experiências do período, as normas adotadas pela Igreja Católica e pela legislação vigente, com vistas à normatização do comportamento feminino.


**Palavras-chave:** Recepção; impressos; educação feminina; Isabel Gondim.

\* Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora do Departamento de História do CERES da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<https://orcid.org/0000-0002-5648-7060>

\*\* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Departamento de História da UFRN. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq 2.

<https://orcid.org/0000-0002-2218-7772>




**Abstract:** This article seeks to analyze the context of production of the work “Reflections to my students” by professor Isabel Gondim (1839-1933). Through her teaching practice, the intellectual (Sirinelli, 2007) mobilized her practical knowledge, with the readings carried out throughout her training and dedicated herself to producing a manual aimed at female education. Thus, the aim of this work is to understand the context of production, reception in periodicals of the period and analysis of the work. Furthermore, compare with other books that the author used as a basis to think about her reflections, the books produced by Jeanne Marie Leprince de Beaumont (1711-1780), João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854) and José Ignacio Roquette (1801-1870). Through writing, Isabel Gondim mobilized the narrative to produce readings related to female education in a way that became intelligible and sensitive to the students. This book promoted a reconfiguration of teaching methodology, in which the experiences of the period, the norms adopted by the Catholic Church and legislation seek to standardize female behavior.

**Keywords:** reception, printed matter, female education, Isabel Gondim.

**Resumen:** Este artículo busca analizar el contexto de producción de la obra “Reflexões aos minha alumni”, de la profesora Isabel Gondim (1839-1933). A través de su práctica docente, la intelectual (Sirinelli, 2007) movilizó sus conocimientos prácticos, con las lecturas realizadas a lo largo de su formación, y se dedicó a elaborar un manual dirigido a la educación femenina. Así, el objetivo, a través de este trabajo, es comprender el contexto de producción del mencionado libro analizar su recepción en publicaciones periódicas de la época. Además, se pretende compararlo con otras obras que la autora utilizó como base para pensar sus reflexiones, como los libros producidos por Jeanne Marie Leprince de Beaumont (1711-1780), João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854) y José Ignacio Roquette (1801-1870). A través de este escrito, Isabel Gondim movilizó la narrativa para producir lecturas relacionadas con la educación femenina, de modo que se volviera inteligible y sensible para los estudiantes. Este libro promovió una reconfiguración de la metodología de la enseñanza, de acuerdo con las experiencias de la época, las normas adoptadas por la Iglesia católica y la legislación vigente, con miras a normalizar el comportamiento femenino.

**Palabras clave:** recepción, impresos, educación femenina, Isabel Gondim.



## Introdução

Uma mestra discreta, e que jurou aos Santos Evangelhos cumprir fielmente os deveres de seu magistério, nunca poderá ser injusta para convosco, débeis e inocentes crianças, a quem se deve ter afeiçoado, como se fora uma desvelada mãe (Gondim, 1879, p. 17).

Nessa passagem do primeiro livro, Isabel Urbana de Albuquerque Gondim (1839-1933) nos apresenta elementos que orientam sua prática enquanto preceptora nos idos da segunda metade do século XIX. Ela teve sua trajetória profissional marcada pelo exercício da docência e pela escrita de livros, os quais versam sobre questões que refletem vivências familiares e manuais práticos acerca do universo escolar. A autora se dedicou a usar a pena para elaboração de livros escolares sobre a educação feminina e a história pátria. Atuou na escola primária feminina, localizada no bairro da Ribeira, na cidade baixa de Natal, desde 1873 (Gonçalves, 2022; Santos; Santos, 2022). Além disso, foi sócia-correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e sócia do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte. É possível compreender a trajetória da docente pelas suas produções, pela recepção de seus textos na imprensa e pelas notas de viagens também publicadas nos periódicos, em decorrência de sua considerável inserção no cenário letrado da capital potiguar (Santos, Santos, 2024).

Ainda como docente de primeiras letras na cidade do Natal, no Império do Brasil, Isabel Gondim publicou o seu primeiro livro, “Reflexões às minhas alunas”, nos idos de 1873 (Silva, 2018). Trata-se de uma obra que contou com três edições, sendo a segunda lançada em 1879; a terceira, em 1910. Por meio desse livro, buscou “[...] regular a educação da mulher desde a infância até a maturidade” (Blake, 1895, p. 289).

No final do século XIX, é possível observar um aumento na demanda de livros escolares. A partir do cotejo documental, entre impressos, resenhas e notícias que circularam na imprensa, compreendem-se aspectos que validaram a produção historiográfica da professora, tanto no âmbito das inovações metodológicas, quanto no das fragilidades das narrativas. Por meio deste estudo, buscamos analisar a recepção do livro “Reflexões às minhas alunas”. As fontes de comparação utilizadas para a construção deste artigo são, principalmente, os textos publicados nos jornais, a legislação da província do Rio Grande do Norte atinente à instrução pública e as três edições do livro. Essas fontes se encontram disponíveis nos acervos do Laboratório da Imagem (LAMBIM) do Departamento de História da UFRN e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Dessa forma, objetivamos compreender o contexto de produção do referido livro e analisar a sua recepção nos periódicos da época. Isso torna possível pensar acerca dos impactos da obra, no contexto de produção, bem como, inferir acerca da sua recepção. Com efeito, diante desta proposta de investigação, surgem alguns questionamentos. São eles: "como inferir acerca da recepção de um texto?" "Ela pode ser mensurada pela tiragem de publicação?" "Pela quantidade de edições?" "Pelo impacto que tal escrita configura na sociedade de seu período?" "Nas resenhas, antes publicadas nos impressos?". No caso da produção intelectual de uma professora primária em uma província do antigo norte do Brasil aspectos como o número de edições e as resenhas sinalizam alguns aspectos de sua inserção no cenário letrado do país, em um contexto que se encontrava marcado pela criação de instituições científicas e culturais (Santos, 2013; Santos, 2019a; Santos, 2019b).

Debruçar-se sobre um texto que circulou enquanto manuscrito<sup>1</sup>, com os apontamentos de uma professora que sistematizou em sua escrita a fala, as orientações e os comportamentos que deveriam ser ensinados às suas alunas, levam-nos à falsa ideia de adentrar ao espaço escolar e quase ouvir o conteúdo ministrado. O problema que resultou na sistematização de um livro parte do convívio escolar, da experiência no chão da escola. Contudo, do manuscrito para o impresso existem intervenções sobre as quais precisamos ponderar: a estrutura, a tipologia da fonte, a troca de termos e, no caso de *Reflexões*, a inserção de imagens. A obra precisa atender ao que pensava a professora, mas também à legislação do período e, assim, às modificações apontadas pelo editor (Chartier, 2014). Na apresentação da segunda edição, podemos observar essas questões apresentadas pela autora:

Animada por essa generosa benevolência, alguma cousa o aumentamos, e buscamos corrigir as faltas da primeira edição, não aquelas cometidas pela novel escritora, como especialmente as que lhe estampara alguém em nosso obscuro nome. Sem que para modificação alguma tivéssemos dado autorização, vimos impressos tópicos alterados, e com sentido que não tivemos em mente, erros sensíveis, e frases que jamais empregaríamos, além das faltas tipográficas; e apenas podemos apelar para algumas pessoas que tinha-nos ouvido ler o manuscrito ou sobre ele meditado, e dado sua respeitável opinião (Gondim, 1879, p. 4).

Ao realizar a fortuna crítica de “Reflexões às minhas alunas”, observa-se a importância atribuída à obra para agnição das práticas educativas voltadas para o universo feminino. É possível observar a trajetória de Isabel Gondim por meio das notícias nos periódicos que apontam para as viagens e visitas a familiares, para a apresentação de trabalhos, para a leitura de textos, para a participação em eventos ao longo de sua vida.

Da pena de Isabel Gondim despontou uma historiografia que, ao longo dos decênios subsequentes, foi marginalizada, silenciada e ignorada. Em 1922, veio à luz o livro “História do Estado do Rio Grande do Norte”, de autoria de Rocha Pombo. A obra foi encomendada durante suas viagens ao antigo Norte, no ano de 1917, realizadas no bojo das pesquisas para a consagrada publicação História do Brasil. No capítulo vinte e sete, o intelectual se dedicou a apresentar “As letras no Rio Grande do Norte”. E faz a seguinte afirmação:

Mesmo nos centros de maior valor ignoram-se completamente até as mais ilustres entre as figuras que fazem honra ao sentimento e à inteligência daquele nobre e heroico povo do norte. No próprio Rio de Janeiro, a não serem os de Nisia Floresta e Auta de Souza, não haverá provavelmente quem possa citar ao menos, nenhum outro nome das letras rio-grandenses (Pombo, 1922, p. 407-408).

A assertiva do historiador paranaense parece exagerada. Entre os anos de 1870 e 1922, o nome de Isabel Gondim aparece em dezenove jornais que circulavam no Rio de Janeiro, com base nos periódicos disponibilizados na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Além disso, o nome da autora também aparece com frequência em Pernambuco e, de forma pontual, no Paraná e no Maranhão. São notícias que tratam das viagens, da participação em eventos e da fortuna crítica de sua produção. Acerca da produção da historiadora potiguar, “A Sedição de 1817” foi o livro com o qual Rocha Pombo dialogou notadamente. O uso foi lastreado pela tentativa de detalhar os acontecimentos revolucionários no Rio Grande do Norte. Além disso, ele também a destacou na atuação enquanto poetisa no periódico o “Recreio” (Pombo, 1922).

Após a sua morte, em 1934, na longa Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, foi publicado, no volume vinte e nove, o necrológico de Gondim, o qual descreve as instituições trabalhadas e as obras publicadas pela estudiosa. No mesmo ano, em 19 de novembro, foi criado um grupo escolar que levou o nome da professora, no bairro das Rocas, na cidade de Natal (Casculo, 1999). No seu livro “História do Rio Grande do Norte”, Casculo (1955) também apresentou um breve resumo acerca da trajetória da intelectual potiguar. Ao morrer, a letrada passava a ser descrita como uma docente que escrevia poesias e realizava saraus em sua casa.

Nos idos de 1970, no discurso de posse na Academia Norte-rio-grandense de Letras, Walter Wanderley apresentou um panorama da literatura no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Norte, e traçou um perfil da patrona da cadeira n.8, da qual estava tomando posse. O seu texto foi então publicado sob

o título de “Orações Acadêmicas”. Nesse breve escrito, o acadêmico se dedicou a apresentar dados acerca do nascimento, das obras produzidas e das questões gerais concernentes à homenageada. Na publicação, o autor destacou a opinião do professor Severiano Bezerra. Diz ele: “[...] a respeito de Isabel Gondim e dêsse livro, deu-nos o seguinte depoimento: ‘Considero Reflexões às Minhas Alunas o seu livro principal’” (Wanderley, 1970, p. 30).

Maria Arisnete Câmara de Moraes (2003), principal estudiosa do tema, dedicou vários escritos a analisar a trajetória da professora. Na obra “Isabel Gondim, uma nobre figura de mulher”, traça um perfil profissional quanto à atuação da personagem, aponta as questões familiares e discute sobre as obras produzidas. Em outros artigos, problematiza o ensino feminino e os impactos do texto para o contexto. Já Rossana Kess Brito de Souza Pinheiro, na tese intitulada “Mãe-esposa e professora: educadora no final do século XIX”, examina o escrito de Isabel Gondim na construção do seu panorama acerca da condição feminina do Oitocentos e da legislação do período.

Em estudo mais recente, Silva (2018) discorre sobre o papel de Isabel Gondim enquanto intelectual no cenário das letras da cidade de Natal, como escritora mais antiga residente na província do Rio Grande do Norte. Além disso, infere os locais de publicação de cada edição de “Reflexões às minhas alunas”, visto que a primeira edição ocorreu no Rio de Janeiro e as outras duas na cidade de Natal. Silva (2018) salienta assim o cenário para impressão de textos na referida província. Trata-se de uma informação que sinaliza a ampliação das tipografias brasileiras ao longo da segunda metade da centúria oitocentista, o que tornava propícia a emergência de um considerável grupo de letrados nas capitais provinciais. Assim, Maiara Gonçalves (2022) evidencia que, mesmo ocorrendo em pequeno volume, circulavam textos impressos nas tipografias locais, tanto em formato de periódicos quanto no de livros. Em seu entendimento,

O livro *Reflexões às minhas alunas* teve sua segunda publicação na cidade de Natal no ano de 1879. A obra, de cunho moralista, analisava os momentos da menina à mulher mãe. A obra reproduz a característica de Isabel Gondim como defensora do ensino público para as mulheres (Silva, 2018, p. 306).

Conseguimos evidenciar como o livro foi discutido ao longo da última centúria por vários prismas, chaves interpretativas que permitiram ampliar o conhecimento, principalmente sobre a História da Educação, num profícuo diálogo entre os modelos educacionais e os impactos de “Reflexões às minhas alunas”. No entanto, para a escrita deste artigo, arrazoamos sobre a produção do impresso e a sua recepção. É

um exercício que permite ponderar sobre a cultura escrita do final do século XIX. O texto se encontra dividido em dois momentos: inicialmente, tratamos da recepção da obra nos periódicos da época e, por fim, realizamos a análise da estrutura da obra e da sua relação com o contexto de produção.

### **“Do modesto livro uma agradável impressão”: a recepção de *Reflexões às minhas alunas***

O livro “*Reflexões às minhas alunas*” foi escrito com o objetivo de ser utilizado nas escolas voltadas para moças. Atendia ao modelo educacional do período e, por esse motivo, foi aprovado pelos órgãos públicos, como definido no Regulamento da Instrução Pública da Província do Rio Grande do Norte, nº 21, de 9 de dezembro de 1865. O artigo 120 desse regulamento estabelecia que os compêndios escolares deveriam ser aprovados pelo presidente provincial, com parecer do diretor da instrução pública, e aqueles que tratassem de doutrinas da religião precisavam de aprovação do bispo diocesano (Rio Grande do Norte, 1865). Além disso, ressalta-se que no Brasil da segunda metade do século XIX ainda era predominante o modelo no qual o ensino primário fosse constituído por cadeiras de escolas de primeiras letras para meninas separadas das dos meninos.

Logo após a publicação da primeira edição, encontramos duas notícias que versavam sobre o texto. Com o objetivo de divulgar o material, as matérias saíram em dois periódicos na capital do Império do Brasil. A partir da consulta aos jornais publicados na corte do último quartel do Oitocentos, é possível observar o aumento significativo da circulação de obras entre as províncias, concomitantemente ao aumento da migração de letrados que passavam a viver na corte. Esses são os primeiros indícios de que os escritos de Isabel Gondim saíram da Província do Rio Grande do Norte para outras partes do país.

Um livrinho útil – A rápida leitura que acabamos de fazer do modesto livro da Sra Isabel Gondim, natural do Rio Grande do Norte e ahi professora, nos deixou agradável impressão. Com o título de – *Reflexões às minhas alunas* – a ilustre professora reuniu úteis avisos e conselhos para direção da mulher em diferentes phases da vida (Um livrinho [...], 1874, p. 3).

Alguns aspectos nos chamam atenção. Ao designar a obra como livrinho, o periódico buscava ressaltar a sua dimensão didática voltada para o público escolar. No início do século XX, livrinhos consistiam na produção didática escolar direcionada a crianças. Tratava-se de um recurso consideravelmente mobilizado no processo de divulgação de textos escolares (Santos, 2017a; Santos, 2017b). Esse argumento se torna plausível ao considerarmos que essa atribuição ocorreu somente em



relação aos livros que a autora escreveu para o público escolar e não em relação a livros como “A sedição de 1817 na capitania do Rio Grande do Norte” (Instituto [...], 1892), destinado ao público das academias, como o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Além disso, a produção se encontrava fundamentada na construção de conselhos direcionados à educação feminina. Assim, a obra atendia ao que a sociedade do período entendia como sendo um conhecimento necessário às mulheres da época. Esse livro passou a ser adotado nas escolas primárias em algumas províncias brasileiras e teve uma numerosa recepção em seu tempo. Dentre os periódicos coetâneos consultados, encontra-se “A Família Maçonica” do Rio de Janeiro. Nele, podemos ler o seguinte:

Reflexões às minhas discípulas – pela Exm. Sra. D. Isabel Gondim, é um interessante livrinho, indispensável no lar da família. *Esripto em mimoso estylo e fructo de dedicado estudo*, esse livro contém um assumpto de muito alcance, pois a sua autora tomando a menina escolar por princípio apresenta-a por fim a – mulher mãe. Esse livro é um daqueles que não deve ser recomendado: deve apenas ser anunciado (Reflexões [...], 1874, p. 4).

No impresso carioca, o livrinho foi adjetivações sobre o estilo e o método, em palavras que intitulam este artigo. Diante da recepção positiva, em 1879 o livro foi reimpresso com uma tiragem de cinco mil exemplares. Nesse período de seis anos que separa as duas edições, a professora, enquanto realizava as correções do texto e o encaminhava para aprovação junto à Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte, continuava diariamente envolvida no exercício da docência. Assim, refletia quanto à sua prática na elaboração dos escritos. Mais ainda: durante a realização de aula, mediava e operacionalizava conceitos e métodos, transitados entre os registros escritos e a oralidade, conforme a docente registrava em suas poesias e peças de teatro publicadas e que anteriormente haviam sido utilizadas em sala de aula. Nos fazeres intelectuais da professora, não havia como distinguir o labor docente da produção bibliográfica, tampouco opor a atividade intelectual da política. Os fazeres encontravam-se imbricados. A docente, tanto na escrita, quanto nas aulas, remetia aos comportamentos que as moças deveriam atender para que não tivessem sua honra questionada, assim como reafirmava sobre os impactos das guerras no âmbito das famílias potiguaras, fosse a Guerra do Paraguai, fosse a sedição de 1817, pois em ambas ela havia perdido familiares, conforme seus escritos pedagógicos.

O texto revisado foi aprovado pela Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte. Observa-se que esse reconhecimento, concedido pela aprovação unânime e que autorizava a reimpressão do seu livro, não coadunava com o tratamento recebido junto ao inspetor de instrução pública. Por meio da imprensa, Isabel



Gondim revelou que, por mais de um ano, não recebeu os seus proventos. Apesar de ser escritora comentada na imprensa nacional, ela compartilhou as experiências que predominavam entre docentes do ensino primário no Brasil do século XIX. Tornou-se vítima dos “caprichos” do inspetor e, dessa forma, expressou sobre uma das dificuldades enfrentadas no cumprimento do seu ofício:

Esperou ainda a mesma professora, e quando já tinha anno e meio de vencimentos em dívida, sem que o inspetor lh'os quisesse pagar, requereu de novo ao presidente que se dignasse reparar tão grave injustiça, e fez o seu procurador um requerimento, mas tudo foi inútil. [...] Assim achase esta professora sem recurso algum, e o mais que já ultimamente lhe ofereceu o Sr. José Alves foi o pagamento de... três meses. A injustiça não data de hoje. Com qualquer empregado seria tal procedimento censurável, e não se explica quando se trata de uma senhora, professora da capital, que tem no seu emprego o único meio de subsistência (Pobres [...], 1877, p. 107-108).

A dificuldade, devido ao atraso no pagamento dos proventos atrelado às demandas na docência, não foi um empecilho para que a autora continuasse a publicar seus livros. A imprensa natalense construiu uma imagem da docente, segundo a qual, ao longo do seu ofício, a estudiosa pensava tanto sobre as práticas escolares quanto sobre a história do país. Era salientada a sua renúncia e o seu “sacrifício” em detrimento do cumprimento do seu serviço, o qual consistia no “bem da nação”, “da província” e na “gratidão dos discípulos”.

Essa conduta foi mobilizada pelos impressos da província no intuito de forjar a imagem de professora que prezava o patriotismo e que, de acordo com a imprensa oitocentista, havia sido perseguida pelo poder público com a falta de pagamento dos seus vencimentos. E, mesmo sobrecarregada, viu no seu compromisso com a educação uma digna contribuição. Sobre tal comprometimento, reforçou: “[...] nenhum salário remunerará inteiramente os serviços do professor primário ou professora que desempenha com zelo suas difíceis atribuições” (Gondim, 1879, p. 135). Além disso, apesar do reconhecimento do seu ofício, ela adjetivou os seus trabalhos como “insuficiente”, “incompleto” e de “ligeiras considerações”. Ao referenciar o seu trabalho de forma diminuta, mais do que um exercício acadêmico de humildade, recorrente no universo letrado do século XIX, revela também a condição de uma mulher escritora, desprovida de formação nas faculdades existentes no país, em busca de leitores. A questão econômica e a situação da falta do salário levaram à necessidade de venda dos livros, como demonstra o fragmento a seguir:

O Dr. Vicente de Almeida trouxe-nos também contribuição sobre passagens da Isabel Gondim, essas que estão fora dos livros, relatando um fato pitoresco verificado entre a escritora e o comerciante local Olinto Galvão. Certa vez Isabel Gondim procurou o comerciante para oferecer-lhe seus livros. Acertaram preço e quantidade. Olinto ficaria com 30 exemplares. A professora ficou contentíssima. Regressou logo que pôde a casa, relatou o fato a seus familiares e, a seguir, depois de subir e descer ladeiras, retornava à casa comercial de Olinto Galvão, sobraçando dois enormes pacotes. Encontra-o no limiar da porta e lhe diz, “Coronel, aqui estão os livros”. Olinto vai conferir o número de sua encomenda e ao abrir os pacotes retruca: – “Espere, dona Isabel, são escritos? Pois saiba que eu aqui só vendo livros em branco”. A educadora que não tinha papas na língua, soube reagir com firmeza a atitude do comerciante, dizendo-lhe algumas verdades, e regressou com os seus embrulhos. (Wanderley, 1970, p. 31).

Ao analisar o relato apontado por Walter Wanderley como pitoresco, é exposta a situação na qual a professora se encontrava e a forma como vendia seus escritos. Além disso, traz à tona o volume de impressos que havia em sua residência, assim como a importância daquela venda para o cotidiano da professora. No texto não foi apontado o ano em que tal situação ocorreu. No entanto, com base nas informações fornecidas, é possível inferir que havia, nos anos de 1920, um empreendimento chamado C. Galvão & Cia, propriedade de Olinto Lopes Galvão. Nascido em 07 de fevereiro de 1864, em Mossoró, no oeste potiguar, ele teve alguns empreendimentos comerciais em Mossoró, onde foi intendente em 1894, e no Açu, nos anos de 1910. Em 1920, comprou a casa de ferragens “O profeta”, estabelecimento por ele administrado até seu falecimento, em 11 de abril de 1930.

Esses atributos foram elementos denotativos de humildade da mulher letrada, evocados de forma recorrente nos fazeres literários do país ao longo do século XIX. O livro inaugural da professora teve uma recepção marcada por comentários elogiosos em importantes periódicos do Império do Brasil. A Revista Ilustrada, impresso em circulação no Rio de Janeiro, de 1876 até 1898, publicou, em um de seus números, uma nota na qual descrevia o livro pedagógico da professora Isabel Gondim. Trata-se de evidências da circulação e recepção do livro. Eis um excerto da nota em questão:

A Sra. D. Maria Isabel Gondim, embora no Rio Grande do Norte, em Natal, onde se dedica ao professorado, não perde a sua atividade inteligente na esterilidade das villegisturas da Redinha, nem na adoração contemplativa dos Reis Magos; aproveita melhor o seu tempo e emprega-o mais utilmente escrevendo “Reflexões às minhas alunas”, livrinho cheio de bons e proveitosos conselhos. (Reflexões [...], 1880, p. 5).

A notícia elogiosa publicada no impresso carioca evidenciava os elementos definidores do espaço natalense, com a rústica praia da Redinha e o portentoso forte dos Reis Magos. Uma paisagem que, segundo o articulador, poderia muito bem justificar o desvio da atenção, com o olhar convidativo para a contemplação. Na escrita de livros, a autora ampliava o seu horizonte do magistério, ao ensinar às meninas a conduta moral. Neste sentido, salienta-se que os proveitosos conselhos referendavam aspectos que iam além de uma dimensão pedagógica, ao versar sobre o controle moral e dos chamados “bons costumes” esperados para a vida da mulher em seus diferentes momentos. O livro era um convite ao controle do corpo feminino, ao recato, ao olhar indireto. Ao mesmo tempo, ao imbuir-se das normas sociais de seu tempo, as mulheres estariam resguardadas dos comentários nocivos e amparadas pela lei.

Além da tiragem, das edições do livro e dos comentários publicados na imprensa, é possível mensurar a recepção dele no âmbito do poder público quando identificamos a sua aprovação junto ao Conselho de Instrução Pública de Pernambuco. Isso ocorreu já nos tempos republicanos, período no qual os estados detinham a autonomia quanto à definição dos conteúdos a serem ministrados no âmbito escolar, notadamente, do ensino primário. Assim, no recente estado, “Reflexões de minhas alunas” passou a ser adotado em 1897, com base no parecer do relator Dr. Feliciano da Motta. A reunião da comissão que aprovou o texto foi composta pelo inspetor de instrução pública e pelos diretores da Escola Normal de Propaganda – Pedro Celso, Hortêncio Peregrino, Luiz Lombard, Feliciano da Motta e o professor João de Medeiros. Naquele momento, a obra “Primeiras Noções de Geometria Elementar”, do professor Manoel de Moraes, foi reprovada pelo relator Dr. Luiz Lombard. No parecer, a reprovação foi justificada pela presença de *imperfeições no livro* (Conselho [...], 1898, p. 3).

Além disso, alguns anos antes, em 1885, Isabel Gondim publicou “Elementos da educação escolar para uso nas escolas primárias de um e outro sexo”. Esta obra marcou o encerramento da produção voltada para educação feminina atrelada aos princípios norteadores da instrução pública no Império, na mediação entre o modelo oficial dos programas escolares e a transposição para o impresso (Santos; Santos, 2022).

Um ano antes da terceira edição da obra, a autora viajou para a capital federal. Saiu de Natal no dia 28 de fevereiro de 1909, a bordo do paquete Sergipe (No Pacote [...], 909). Chegou ao destino em 10 de março do referido ano (Vida [...], 1909). Ao longo de sua estadia de quase sete meses, a escritora participou de eventos, lançamento de livros e leitura de “Brazil, o poema histórico do país”,

que posteriormente seria publicado como livro. Além disso, ocorreram, no mesmo período, as tratativas junto ao conselho de instrução pública do Rio de Janeiro para a nova edição do seu livro:

Vai ser submetido ao conselho de instrução pública o livro intitulado “Reflexões às minhas alunas”, trabalho de D. Isabel Gondim, professora do Rio Grande do Norte e senhora de grande actividade intelectual, não só em obras didáticas, como em obras literárias. (Gazeta de Notícias, 1909, p. 3).

O livro em questão traz em seu bojo um modelo de escrita mobilizado com o intuito de atender a uma demanda do período. Em tempos republicanos, de efervescência no debate atinente à construção do sentimento patriótico nacional e de ênfase nas experiências federalistas, o olhar da professora voltou-se para a questão da história pátria (Santos; Santos, 2023). Tratava-se de um olhar maculado por inquietações epistemológicas no processo de construção da narrativa sobre o passado a ser evocada no espaço escolar, como o uso da tradição oral replicada no âmbito familiar e feminino, assim como as estratégias docentes pautadas em dramatizações e poesias para o ensino da história pátria. Isso ocorreu por meio da publicação do livro sobre a sedição de 1817, episódio trágico vinculado à sua família e que foi eleito como ponto inaugural para a mobilização da história nas narrativas escolares, tendo como palco o Rio Grande do Norte (Santos; Santos, 2024).

Todavia, essa escrita da história carregava em si os traços de uma experiência de escrita voltada para crianças e jovens. Assim, se torna salutar pensar acerca do contexto de produção e dos elementos que fundamentaram o texto “Reflexões às minhas alunas”.

### **“Regulo simples e succintamente a direção da mulher”: o contexto de produção e a fundamentação do livro “Reflexões às minhas alunas”**

No ano de 1877, Manoel Ferreira Nobre (1824-1897) publicou a primeira edição de “Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte”. Impresso em Vitória, no Espírito Santo, esse livro apresenta um panorama das oito cidades, quinze vilas e treze comarcas que compuseram a Província potiguar. Nesse impresso, o autor apresentou um panorama geral da localidade, descrevendo os aspectos políticos, econômicos e dados populacionais. A partir da sua leitura, é possível identificar os elementos que explicavam a situação econômica do período, vinculada à plantação de algodão, cana de açúcar e criação de gado. Incluiu também questões que versavam sobre a instrução pública. A província era composta por uma população de 233.979 pessoas, das quais aproximadamente 85% não eram alfabetizadas. Desse universo

apresentado pelo autor, apenas 16.220 mulheres sabiam ler e escrever (Nobre, 2011, p. 18).

Isabel Gondim prestou exame para a vaga de primeiras letras, realizado em 15 de julho de 1866. Há evidências de que antes disso já lecionava em escolas particulares e de que continuou mesmo após a aprovação no certame provincial (Casculo, 1955). Os concursos públicos na Província do Rio Grande do Norte passaram por novas regras com a aprovação do Regulamento n. 21, de 9 de dezembro de 1865. A partir dessa normativa, é possível compreender a trama formal que regia os concursos públicos quando a professora foi submetida ao exame. Estabelecia-se o período e a ampla divulgação dos editais. A banca era composta pelo presidente da província, por duas pessoas reconhecidamente idôneas, com antecedência de dois ou três dias. Mais ainda:

Art. 24 – Se o exame for para escola do sexo feminino, será nomeada, em lugar de um dos dois examinadores, uma professora, ou outra senhora habilitada que dele se ocupe especialmente na parte que lhe compete conforme artigo 95. (Rio Grande do Norte, 1865).

Ao remontarmos ao artigo 95, verificamos o que se ensinava nas escolas para meninas: coser, bordar e fazer outros trabalhos de agulha. O processo de seleção contava com divulgação ampla, com oito dias de antecedência. Já os candidatos eram avaliados oralmente e por escrito, com o tempo total de prova de quatro horas.

Após assumir a cadeira e praticar a docência na escola pública, a professora precisava pensar suas aulas pautadas no currículo. O programa curricular era distribuído da seguinte forma: Educação civil e religiosa; Leitura e escrita; Noções de gramática; Princípios elementares de aritmética; Prática de cálculo e o sistema métrico decimal; Noções de geografia, especialmente do Brasil; e História resumida do Brasil. Nas escolas de meninas, também se ensinavam “trabalhos de agulha” (Nobre, 1971, p. 26). Ao consultar as matérias de ensino com base no Regulamento de 1865, encontramos-as assim distribuídas:

Art. 94 – O ensino consistirá nas matérias seguintes:

Cadeiras de 1ª. Classe: leitura, escrita, doutrina cristã, Gramática da Língua Nacional, aritmética em números inteiros, quebrados, decimais e complexos até proporções inclusive; noções elementares de geometria, de história e geografia do Brasil, preceitos de civilidade, sistema métrico. (Rio Grande do Norte, 1862, p. 3).

Nas “escolas do sexo feminino”, além das atividades manuais já referenciadas, havia uma observação acerca do ensino de aritmética, qual seja: na primeira e segunda

classes, deveriam ser estudados números inteiros e quebrados até proporções e “[...] números inteiros sobre as quatro principais operações na terceira” (Rio Grande do Norte, 1865, p. 4). É nesse cenário que a professora Isabel Gondim lecionava na Ribeira. No referido bairro, havia duas escolas públicas, uma para meninos e outra para meninas, criadas mediante a seguinte legislação: Lei de 16 de junho de 1849 e Regulamento n. 28, de 17 dezembro de 1872 (Nobre, 1971). Por meio da análise do Regulamento n. 28, Título II Do ensino Primário, ficava definida, no “artigo 14”, a obrigatoriedade de instrução primária para pessoas de 7 a 15 anos de idade, sob pena de admoestação e multa de 5\$ a 10\$000, quando o responsável não comprovar a frequência à escola ou o recebimento de ensino domiciliar.

No tocante à fundamentação metodológica, “Reflexões às minhas alunas” tratava-se de um livro que mobilizava a educação feminina em diálogo com importantes pensadores do Setecentos e do Oitocentos. A autora disse conhecer apenas uma obra relacionada a essa temática da formação de mulheres, que consistia no texto clássico da francesa Jeanne Marie Leprince de Beaumont, intitulado “Thesouro de Meninas” ou “Diálogos entre uma sabia Aia e suas Discipulas”. A docente apresentou caminhos da recepção e apontamentos de um livro cuja primeira edição remontava aos idos de 1757, para pensar práticas educativas e regras de comportamento nos idos da segunda metade do século XIX.

Possivelmente, a autora teve contato com esse livro por meio de algumas traduções para o português, como a do padre Joaquim Ignacio de Frias, publicada pela tipografia José Baptista Morando, em Lisboa, no ano de 1774. Ainda no século XVIII, essa tradução foi dirigida à Real Mesa Censória no Brasil. Portanto, é muito plausível que, na centúria seguinte, a professora primária do Rio Grande do Norte tenha consultado algum exemplar traduzido por Joaquim Frias. Outra possibilidade é a consulta feita à edição de 1861, ampliada, com a inclusão de noções de geografia e história do Brasil, elaborada pelo cônego J. F. dos Santos no Seminário de Olinda. Em 1874, nova edição foi publicada em Paris.

A professora primária oitocentista operou com essa leitura de forma crítica e ressaltou ser “Thesouro de Meninas” a única obra que conhecia acerca da educação feminina. Para Isabel Gondim, os limites desse trabalho consistiam na constituição do modelo educacional estruturado, mediante contos e fábulas, o que destoava do que defendia uma educação primária “[...] baseada na verdade pura e singela” (Gondim, 1879, p. 6). A autora nos indicou outras leituras feitas e explicitou como tais textos impactaram o seu ofício:



Desde tenra idade tendo lido algumas obras sobre a educação da mocidade, e entre essas os importantes trabalhos do Sr. Padre Roquette, e Visconde d'Almeida Garrett, esses dois grandes vultos da literatura moderna, distintos amigos da humanidade, e notando a falta de um livro em língua portuguesa, propriamente destinado à primeira educação da mulher, resolvi aproveitar-me de alguns daqueles preciosos materiais, e elaborar o pequeno livro que vai ter-se sob título de Reflexões às minhas alunas. (Gondim, 1879, p. 5).

A autora referenciou dois autores que leu na mocidade. O primeiro foi o padre José Ignacio Roquete (1801-1870). Natural de Alcabideche, no conselho de Cascais, ele foi batizado em julho de 1801, conforme o “Diccionario Bibliographico Brasileiro”, de Blake (1895). Franciscano, professou o voto em 1821, no convento de Santo Antônio do Estoril. Concluiu os cursos de Filosofia e Teologia Dogmática e Moral. Dentre as suas obras, destacamos “Código do bom tom ou Regras de civilidade e de bem viver”, publicada em Paris no ano de 1845. A partir da leitura da apresentação, o padre Roquete (1845) aponta as questões norteadoras de sua obra e a preocupação com as práticas. Sobre isso, o estudioso enuncia:

Este opúsculo era destinado para completar o Thesouro da Adolescencia e da Juventude que em forma de leituras nos propomos publicar, e como tal devia sair à luz depois d'ele; mas por várias razões, que não importa saber, sai antes. Supõe-se nele um gentil homem que sairá de Portugal em 1834 com dois filhos de menor idade, órfãos de sua mãe, os quais mandou educar em França, e a quem leva para a pátria depois de dez anos de ausência. Como remate da desvelada educação que lhes dera, ensina-lhes não só tudo o que pertence à civilidade e cortesia, mas em suas instruções dá-lhes muitos conselhos saudáveis para bem viverem [sic] com os homens, e não só em Portugal senão em França. Qual seja o plano e fim destas instruções facilmente se conhecerá pela leitura da introdução. (Roquete, 1845, p. 1-2).

Salientamos que o título “Thesouro da Adolescencia” era uma alusão aos livros de Jeanne Marie Leprince de Beaumont, “Thesouro de Meninas” e “Theouro às Adultas”. No texto, apenas um capítulo foi dedicado ao comportado feminino. Dividido em vinte capítulos, ele foi estruturado como um grande manual de comportamento da vida pública, nos espaços de sociabilidade do século XIX, a exemplo da igreja, do Paço, das assembleias, dos bailes, das reuniões noturnas, das estadas no campo e das viagens no geral. Aponta as formas de tratamento, de cumprimento; as regras de etiqueta para com os pais, parentes, amigos e criados. Quanto aos jantares e banquetes, o escrito detalha os convites, a disposição dos pratos, o modo de pôr

a mesa e o serviço de sobremesa. Mais ainda: apresenta detalhes para jogos, para conversação em português e francês. Além disso, explica sobre a escrita de cartas de diversos gêneros, regras e estilo. Nele há dois capítulos dedicados às questões particulares masculinas e femininas, com orientações de como deveriam se portar.

Não penses, minha filha, que por isso que sou homem não é da minha competência falar-te do que respeita à tua pessoa e teus enfeites. Fénelon era homem, era eclesiástico, era Arcebispo, mas não duvidou entrar nas particularidades mais minuciosas sobre o caráter das mulheres, seus defeitos e qualidades, nas estimáveis cartas que escrevo sobre a educação das meninas, os enfeites, o toucador, as modas, tudo foi examinado pelo virtuoso Prelado com aquele discernimento, sabedoria e bom gosto que tornam imortais seus escritos. É provável que não sejas freira; e, ou te cases, ou fiques solteira, às de encontrar na sociedade tantos homens como mulheres: é mister que adquiras bom nome entre os cavalheiros não menos que entre as senhoras. Podendo, pois, ser o intérprete junto de ti de metade do gênero humano, além de minha qualidade de pai, tenho assás bom direito para te aconselhar sobre o modo como para com ela te deves comportar; e depois de haver consultado algumas senhoras da minha amizade, não receio falar-te do que convém a uma menina, ainda pelo que respeita ao tocador, seus vestidos e enfeites: capítulo este que, por te agradar tratarei primeiro. (Roquete, 1845, p. 466-467).

Era um padre externalizando preceitos acerca do que a sociedade portuguesa definia como “boas práticas” e que, no Império do Brasil, fazia-se eco na lógica de reproduzir tais comportamentos. A ideia de um religioso corroborando a difusão de um conjunto de regras de convivência das mulheres para com a sociedade sinaliza a própria ideia de que os compêndios adotados nas escolas da Província do Rio Grande necessitavam. Além disso, a depender do teor religioso, exigia-se a autorização do bispo diocesano (Rio Grande do Norte, 1865).

Ao tratar da primeira atuação feminina em sua obra, Isabel Gondim nomeia-a enquanto “menina escolar”. Nas primeiras linhas dedicadas a essa atuação, a professora expressa que o conhecimento parte do “Criador”, o qual realça os atrativos da idade pautados em dois atributos: a candura e a inocência. Invoca, desse modo, a relação entre a instrução e a fé. Além disso, ela revelou os limites da questão de gênero no ensino no Brasil, usando as seguintes palavras:

De acordo com essas respeitáveis opiniões regulo simples e succintamente a direção da mulher em nosso paíz, onde o pouco que se escripto sobre educação refere-se sempre à do homem, e por tanto a outra infeliz porção do gênero humano, abstrahindo os exemplos e algumas considerações de família, segue exclusivamente o próprio instincto. (Gondim, 1879, p. 6).

Dessa forma, ao analisarmos o texto escrito pela professora Isabel Gondim, precisamos reforçar o fato de ele ser resultado de uma apropriação de práticas, fossem elas da sua trajetória de vida, da experiência docente ou das leituras realizadas ao longo de sua formação. Mapear os autores com os quais ela dialogou nos permite verificar as práticas de leitura, a circulação de conhecimento e a recepção de obras ao longo do Oitocentos (Santos, 2021). Nesse ponto, devemos ter em mente que, na segunda metade do século XIX, os usos de manuais e a reimpressão de textos precisavam ser mensurados como portadores do discurso que atendia aos anseios políticos daquele contexto e ao currículo, de acordo com a ideia de formação voltada para a educação civil e religiosa (Santos; Ferronato, 2022). Ao escrever para meninas que viviam em províncias do antigo norte do Brasil, um espaço marcado por movimentos contestatórios, o livro elucidava como papel da mulher a manutenção da ordem social e dos dogmas católicos:

Antevejo os conhecimentos que ireis adquirindo dos mysterios da Santa Religião, que é a luz da alma e o caminho seguro da salvação, para o que muito devemos trabalhar. São-nos imperfeitos todos os conhecimentos que não têm como base um elevado culto de adoração ao Eterno Criador dos céus e da terra. Vemo-lo representado nos Templos, onde Elle é particularmente adorado por quase todos os povos, e onde também reverenciamos as imagens dos que a Igreja Catholica venera como santificados. Este tributo de adoração e respeito sob o nome de Religião, é o precioso laço que prende a terra ao Céu e o homem a Deus (Gondim, 1879, p. 11-12).

À “menina escolar” foram dedicadas vinte e duas páginas. A escritora estruturou sua escrita como se estivesse a conversar com a leitora e a orienta acerca da importância da instrução para a mulher, mas sempre articulada aos preceitos religiosos da Igreja Católica. Faz isso ao apontar tais preceitos, a exemplo do “bom comportamento”, necessários para atender às expectativas da sociedade, dos pais e irmãos. Desse modelo de condutas, as adjetivações das pessoas que cumpriam as regras deveriam ser pautadas na meiguice, no amor, na honra, na moral, nos bons costumes, na virtude e na candura. Para tanto, elas teriam de evitar os vícios da calúnia, da falsidade e da mentira (Gondim, 1879). A escola só seria martírio para “meninas ociosas”, que preferiam brinquedos pueris que não lhes traziam nenhum proveito. A instrução seria a principal ferramenta de liberdade feminina, centrada no pensamento. Para Gondim (1879), a responsabilidade de imputação de tais práticas era da mulher, seja na condição de mãe ou de preceptora. Segundo a estudiosa,

A estas, coitadinhas lhe faltam, sem dúvida, os desvelos de uma mãe cuidadosa, que saiba corrigir com a severidade temperada pelo maternal amor os instintos menos doces, e inclinações perniciosas que vira

desenvolvidas em suas filhas. A imprudência de uma preceptora pouco zelosa no cumprimento de seus deveres tão bem pode ocasionar a indiscreta criança infelicidade de aborrecer os trabalhos escolares, de tanto e tão saborosos frutos virá de colher (Gondim, 1879, p. 15-16).

No que diz respeito aos conteúdos de uma educação civil, foram mobilizados conceitos acerca dos governos dos “países civilizados”. Foram apresentadas três formas e suas respectivas definições: o governo monárquico absoluto, o governo republicano e o governo monárquico constitucional. A autora esclareceu que, no Brasil, o modelo adotado foi o monárquico constitucional, tecendo comentários acerca das leis dos Poderes distribuídos entre o Legislativo, Judiciário, Executivo e Moderador. Nesse sentido, a estudiosa também reforçou o papel da escola para a sociedade e demonstrou como a referida instituição consistia numa extensão da família:

Com dedicação e paciência dirigi-as na escrita, ensinaí-lhes as lições, a costura, em suma todas as matérias em que vos achardes mais adiantadas do que elas. Por meio fareis nascer para convosco e pura e doce afeição que, sob o nome de amizade, tem verdadeiros atrativos, e sempre deverá existir entre colegas. Numa escola primária, estas equivalem a irmãs, cujos pais são seus mestres, e, portanto, se devem estimar mutuamente. Tereis sempre o maior cuidado em não apresentar-vos na escola os vestidos em desalinho, e nodoados de tinta, ou qualquer matéria que os suje (Gondim, 1879, p. 29-30).

Ao final, Isabel Gondim dedicou algumas páginas para falar dos “princípios de moral e higiene” que refletiam a boa educação. Tais cuidados tinham de ser destinados às unhas, aos cabelos, à limpeza do corpo e das vestes. Assim, as alunas deveriam ter cuidado com tudo que é asseio. Tratava-se de uma prerrogativa que passava a galgar maior espaço no processo formativo nas escolas públicas brasileiras, principalmente, a partir dos últimos decênios do século XIX, com o fomento ao debate sobre higienismo.

Outro autor referenciado por Isabel Gondim foi o Visconde d’Almeida Garrett. A obra em questão é “Da Educação”, publicada em Londres, em 1829. Nesse livro, Garrett discorre sobre a importância da instrução pública para o fortalecimento do Estado. Quanto à necessidade desse ensino, o escritor diz:

[...] devo, todavia, observar aqui que nas mui particulares circunstâncias em que se acha Portugal, era impossível a qualquer português que de educação escrevesse, não se lembrar de que o maior e mais importante negócio de sua pátria era hoje essa mesma educação, pois que da educação de nossa Augusta Soberana pendem em que grande parte os destinos futuros da nação. Certo, esta ideia fixa e constante me acompanhou em

toda a redação de meu trabalho, e foi ponto para onde convergem todas as linhas de meu plano. Julgo, contudo, que nem por isso desatendi as outras espécies de educação que ele abrange. O meu livro não é um tratado de educação de príncipes, é um tratado de educação geral, que em sua generalidade até essa espécie compreende (Garrett, 1829, p. 2).

Em “Reflexão às minhas alunas”, a professora reforçava tanto o papel da escola para a constituição do Império como também reafirmava para as discentes a necessidade de agradecer ao governo pela escola, pelos serviços prestados em busca da “boa educação”. Certamente essa era uma prerrogativa inspirada nas propostas estabelecidas por Garrett. Para a escrita de seu primeiro livro, Isabel Gondim revela a leitura de outras que auxiliaram a pensar regras e os comportamentos necessários à instrução das alunas. Em relação à consulta a esses livros, podemos depreender os locais de acesso, fosse pelo acervo do pai, Urbano Edydio da Silva Costa Gondim de Albuquerque (1806-1882), professor do Atheneu Norte-riograndense, ou dos seus professores: Manuel Laurentino e o Padre Basílio Alustan (Wanderley, 1970). Outro local para consulta seria a biblioteca pública provincial, que contava com uma verba anual cedida pela Assembleia provincial destinada à sua manutenção. Nos idos de 1877, a biblioteca contava com visita mensal de centro e cinquenta a duzentos leitores (Nobre, 1971).

O Regulamento n. 28, de 17 dezembro de 1872, no artigo 16, definia que somente poderiam exercer o magistério público cidadãos brasileiros que comprovassem moralidade, professassem a religião do Estado e fossem dotados de capacidade física e profissional. Para as professoras, outros critérios eram elencados:

Art. 18. Não pode ser nomeado professor público ou indivíduo que tiver sofrido pena de galés ou acusação de furto, roubo, estelionato, bancarrota, incesto e adultério ou de outro que ofenda a moral pública ou a religião do Estado.

Art. 20. As professoras devem exhibir, se forem casadas, certidão de seu casamento, se viúvas a do óbito de seu marido, e se viverem separadas, a pública forma da sentença que julgou a separação para se avaliar dos motivos que a originaram.

Art. 21 A idade para ser professora é de 18 anos (Rio Grande do Norte, 1874).

Ao identificar o problema da insuficiência de ações pensadas para a prática educacional voltada ao mundo feminino, descrita como “a outra infeliz porção do gênero humano”, o livro buscou apresentar as virtudes práticas da infância até a maternidade. Entretanto, a maternidade, apesar de ter sido enfatizada como

caminho natural para as meninas, não foi elencada como único fim. A docente também defendeu a possibilidade de as mulheres seguirem os caminhos da ciência: “[...] respeitai, portanto, o estabelecimento escolar, onde começais a desenvolver os recursos de vossa inteligência, e onde cultivais para talvez um dia, gozardes dos preciosos dons da sciencia” (Gondim, 1879, p. 22-23). Uma possibilidade que foi escolhida pela própria autora, que se manteve celibatária.

Assim, no seu trabalho, a autora relacionou as demandas das escolas primárias aos usos e costumes da sociedade do período. Outro ponto significativo do texto é a escrita da experiência. Ao longo de várias passagens, Isabel Gondim evidenciou que, por meio da sua vivência no âmbito escolar, foi possível elaborar o texto. O conhecimento cotidiano e a compreensão da infância permitiram à educadora mediar os conteúdos. Um exemplo disso foi quando a docente tratou da despedida da criança da vida escolar:

Vereis enfim chegar o dia em que, saudosas digais o adeos de despedida às vossas collegas, assim como á vossa mestra. A esta agradecereis os serviços a vós prestados, embora sejam elles gratificados pelo governo; e a todas aí tercereis vosso prestimo, com animo de o empregar em seu proveito (Gondim, 1879, p. 32).

As recomendações para as suas alunas explicitavam um projeto político de instituir uma conduta feminina. Ao planejar modelos de comportamento para as mulheres, a professora primária também destinou um espaço para as leituras. Isso aparece como recomendação para a infância, no bojo da vida escolar, mas também ao longo de toda a trajetória, juntamente com a música, com a consulta a livros em idiomas estrangeiros, como o italiano, o inglês, o alemão e, principalmente, o francês. Além disso, essas leituras indicadas também deveriam fomentar o patriotismo. Com isso, os livros de história estavam inclusos na lista de leituras recomendadas às jovens por dona Isabel Gondim (1879, p. 37): “Dedicaei-vos ao estudo da grammatica, da geographia, da história e da arithmetica, da qual a applicação é indispensável ao tracto da vida doméstica”.

### Considerações finais

As contribuições de Isabel Gondim, no campo dos letrados do século XIX, vão além do espaço escolar. O seu pensamento educacional, oriundo das práticas exercidas no magistério ao longo de mais de três décadas, foi sistematizado a partir dos seus escritos. A confluência da sua práxis com as leituras atinentes à educação de



meninas resultou em “Reflexões às minhas alunas”. Assim, ao longo deste trabalho, privilegiamos a análise da relação estabelecida pela docente entre o seu ofício e a produção de sua obra.

Por meio deste exame, é possível compreender as normas acerca do ensino de meninas, a cultura escrita do tema e mensurar aspectos da formação docente. Em seu livro, ecoavam as vozes das regras disciplinadoras do comportamento feminino, que deveriam ser cumpridas pelas mulheres desde a infância até a vida adulta. Embora já tenha sido objeto de estudo de alguns trabalhos, buscamos analisar a obra de Gondim por outro viés, isto é, por meio das leituras que nortearam a produção e pelo mapeamento da recepção dos textos pela imprensa. Além disso, cotejamos esse *corpus* documental com a legislação concernente à instrução pública na província do Rio Grande do Norte. Dessa forma, pudemos inferir a respeito do cenário educacional, do concurso para ingresso no magistério público nos idos de 1866 e no currículo.

Assim, “Reflexões às minhas alunas” constitui um significativo vestígio acerca das experiências docentes e das normas preconizadas sobre os comportamentos femininos no século XIX. É um indício revelador dos meandros de uma sociedade que buscava enquadrar o universo feminino dentro de um código moral católico e familiar, mas, ao mesmo tempo, expressava outras possibilidades de existência para as mulheres, como a imersão no mundo da ciência. O escrito que circulou por diferentes instituições como manuscrito e que ao ser impresso teve uma recepção consideravelmente positiva, por meio da aprovação por diretorias provinciais da instrução pública e comentários elogiosos nos jornais do país, é também revelador das contradições de uma professora primária do antigo norte do Brasil. Uma professora que se dedicou ao estudo da infância e da história e produziu um escrito que atravessou o tempo e reverberou por diferentes gerações de meninas. O “mimoso estilo” de Isabel Gondim é uma fresta significativa sobre o universo letrado feminino do Brasil de outrora.

## Referências

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. v. 3.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CONSELHO Superior de Instrução Pública. *Jornal do Recife*, Recife, n. 98, p. 3, 2 maio 1898.

GARRETT, Almeida. *Da educação*. 1. ed. Londres: Sustenance e Stretch, 1829.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, n. 120, p. 3, 30 abr. 1909. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730\\_04&pagfis=19797](https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pagfis=19797). Acesso em: 16 jan. 2024.

GONDIM, Isabel. *Reflexões às minhas alunas*: para leitura nas escolas primárias do sexo feminino. Rio de Janeiro: Typographia Popular, 1879.

GONÇALVES, Maiara Juliana. *Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal: a vida intelectual natalense (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

INSTITUTO Archeologico. *Jornal do Recife*, Recife, n. 27, p. 1, 28 nov. 1892.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Isabel Gondim: uma nobre figura de mulher*. Natal: Terceirize, 2003.

NO PAQUETE Sergipe. *Diário de Natal*, Natal, n. 3647, p. 1, 2 mar. 1909.

NOBRE, Manoel Ferreira. Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2011.

NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.

PINHEIRO, Rossana Kess Brito de Souza. Mãe-esposa e professora: educadoras no final do século XIX. 2009. 219 f. *Tese* (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

POBRES professores. *A escola*: Revista de Educação e Ensino, Rio de Janeiro, n. 3, p. 107-108, 1877. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=351199&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=282>. Acesso em: 16 jan. 2024.

POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

REFLEXÕES a minhas alunas. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, n. 208, p. 5, 1880.

RIO GRANDE DO NORTE. Collecção de leis provinciaes do Rio Grande do Norte. Natal: Governo Provincial, 1862. p. 3.

RIO GRANDE DO NORTE. Regulamento nº 21, de 9 de dezembro de 1865. Natal: Typographia Dois de Dezembro, 1865. (Collecção de Leis Provinciaes do Rio Grande do Norte).

RIO GRANDE DO NORTE. Regulamento nº 28, de 17 de dezembro de 1872. Rio Grande do Norte: Typographia Independente, 1874, p. 99-120.

ROQUETE, Joaquim Inacio. *Código do bom tom, ou regras de civilidade e de bem viver no XIX século*. Paris: Casa de J. P. Aillaud, 1845.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão: EDFUS, 2013.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Ensino de História, espaços e cultura bandeirante: José Scaramelli e a escrita de livros escolares para crianças. *História, Histórias*, Brasília, v. 5, n. 9, p. 104-125, 2017a.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Maior somma de factos históricos, elucidados com mais methodo”: Américo Braziliense e a invenção do espaço paulista na escrita da história escolar (1873-1879). *Almanack*, Guarulhos, n. 29, p. 1-51, 2021.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Scenas da História do Brazil”: Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares de História para crianças. *Revista História Hoje*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 204-230, 2017b.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um conto moral que sirva de espelho da vida”: Balthazar Goes, um intelectual pensando o ensino de História. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 7, n. 2, p. 23-34, 2019a.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria”: Raphael Galanti e o ensino de História do Brasil (1896-1917). *IHS: Antiguos Jesuitas en Iberoamérica*, Córdoba, v. 7, n. 2, p. 42-62, 2019b.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenass; FERRONATO, Cristiano. “Antepassados meus com os acontecimentos revolucionários”: Isabel Gondim e a escrita da Revolução de 1817. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 11, n. 2, p. 59-68, 2022.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenass; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Cheios de ardor patriótico: Isabel Gondim e a escrita de livros escolares de História do Brasil. In: KETTLE, Wesley Oliveira; VIEIRA, Ana (org.). *Usos políticos e a história ensinada*. Ananindeua: Cordovil, 2022. p. 205-2012.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenass. Nos plácidos campos do papel, aos golpes da pena: Isabel Gondim e a recepção dos livros escolares de História do Brasil (1873-1913). *Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína*, Araguaína, v. 15, n. 1, p. 148-168, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/15971/21538>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenass. Sobre um vistoso palanque, uma bella poesia: a pesquisa e o ensino de história pátria em Isabel Gondim (1870-1913). *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 43, p. 1-25, 2024.

SEDIÇÃO de 1817. *Jornal do Recife*, Recife, n. 171, p. 3, 26 jul. 1884.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves. Literatura na província: reflexões sobre o movimento literário natalense em tempos pré-republicano (1861 – 1889). COSTA, Bruno Albino Aires da; FERNANDES, Saul Estevan (org.). *Capítulos de História intelectual no Rio Grande do Norte*. Natal: Editoraifrn, 2018. cap. 11, p. 284-312.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 231-270.

UM LIVRINHO útil. *A Nação*: Jornal Político, Commercial e Litterario, Rio de Janeiro, n. 201, p. 3, 10 set. 1874.

VIDA social. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8923, p. 3, 10 mar. 1909.

WANDERLEY, Walter. *Orações acadêmicas*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970.

## Notas

- <sup>1</sup> O manuscrito do livro foi doado por Isabel Gondim para o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco em 15 de julho de 1884. A informação foi noticiada no Jornal do Recife. Instituto Archeologico. *Jornal do Recife*. n. 171, Recife 26 de julho de 1884, p. 1. O aludido material se encontra no acervo do IAGPE (Sedição [...], 1884).